



Amanda Rossi

Paixão pelo jornalismo investigativo e pelos arquivos¹

“O que eu gosto mesmo é de fazer reportagens de Direitos Humanos, em que eu possa contar a história das pessoas com sensibilidade, em um texto mais narrativo, menos seco.”

RA: *Amanda, antes eu queria que você se apresentasse, falasse de sua formação, onde você trabalha. Quem é Amanda Rossi?*

AMANDA ROSSI: Eu sou jornalista, apaixonada por contar histórias. Trabalho na área desde 2006. Estudei aqui em São Paulo, na Universidade de São Paulo. Passei pelo Estadão, pelo G1², pela TV Globo, pela BBC Brasil; já trabalhei como repórter independente, escrevi para a revista Piauí, e agora sou repórter no Núcleo de Jornalismo Investigativo do UOL.

Tive um foco grande na área de jornalismo de dados, que é uma especialização do jornalismo para investigar e contar histórias a partir de banco de dados, que estão cada vez maiores e mais acessíveis. Mas o que eu gosto mesmo é de fazer reportagens sobre Direitos Humanos, em que eu possa contar a história das pessoas com sensibilidade, em um texto mais narrativo, menos seco.

No meu trabalho, eu não só conto histórias do presente, mas também histórias do passado. O jornalismo, por si, é uma profissão que investiga e narra o presente, acho que essa é a função primordial do jornalismo, mas também há espaço para mergulhar um pouco no passado e revelar histórias que estão esperando para serem contadas, ou descobertas, ou lembradas, e aí que entra o nosso papo aqui de hoje.

RA: *Fale um pouco sobre o jornalismo investigativo e como é que você o diferencia do jornalismo mais convencional, se é que se pode chamar assim.*

Sobre o jornalismo investigativo

AMANDA ROSSI: Existe uma certa birra de alguns jornalistas em segmentar o jornalismo, seja em relação ao jornalismo investigativo ou até ao jornalismo de dados. Algumas pessoas se negam a ver a investigação e o trabalho com dados como áreas de especialização, porque de certa forma todo jornalismo é um pouco investigativo e trabalha de alguma forma com dados. Mas, na minha opinião, há sim uma especialidade, porque é preciso usar algumas técnicas específicas para fazer esse tipo de trabalho.

Na minha avaliação pessoal, o jornalismo investigativo é aquele que revela algo que era desconhecido e que só foi possível conhecer através daquela investigação. Porque muitas vezes o jornalismo revela fatos desconhecidos que foram, na verdade, investigados por outras autoridades, como o Ministério Público e a Polícia Federal. Ou seja, são excertos de informações dessas investigações realizadas fora do jornalismo. A meu ver, esse não é o jornalismo investigativo. O jornalismo investigativo é aquele que faz a investigação por si só e que descobre e revela novas informações de interesse público.

¹ Entrevista concedida por Amanda Rossi, jornalista do Núcleo de Jornalismo Investigativo do UOL ao editor da Revista do Arquivo, Marcelo Chaves, em 26/07/2021, transcrita por Marcio Amêndola de Oliveira, executivo público do Arquivo do Estado.
² Portal de notícias do conglomerado Globo de comunicações.

É algo muito importante, mas que exige mais investimento por parte tanto do jornalista como das redações, porque vai demandar mais tempo de trabalho. Claro que o jornalismo que nos informa no dia a dia também é muito importante. Mas o jornalismo investigativo, a meu ver, tem uma relevância social única, principalmente em momentos em que as autoridades não fazem o seu papel de investigação. Então, o jornalismo se torna um canal para tratar de temas que não estão sendo tocados pelas autoridades.

Protagonismo na investigação e o tempo dos arquivos: Profissão perigo

RA: *Você faz parte da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, fale um pouco a respeito.*

AMANDA ROSSI: Eu sou da diretoria da ABRAJI, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo³. A ABRAJI tem um papel de defesa da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, mas também cumpre um papel educativo, promovendo cursos para que os jornalistas se capacitem e tenham mais ferramentas para fazer o trabalho de jornalismo investigativo. A ABRAJI tem, inclusive, uma preocupação muito grande com a segurança do profissional de imprensa, cada vez mais hostilizado na sociedade. Inclusive, o contexto de criação da ABRAJI está relacionado ao assassinato do Tim Lopes⁴, um jornalista que foi morto durante uma investigação jornalística. O trabalho de investigação muitas vezes significa se expor a riscos. Então, a ABRAJI busca garantir institucionalmente que o país onde a gente trabalha permita que se trabalhe com segurança, além de buscar que o jornalista esteja preparado para desempenhar o seu papel com o máximo de segurança possível.

(...) jornalismo investigativo é aquele que faz a investigação por si só e que descobre e revela novas informações de interesse público.

Um contador de histórias

RA: *É possível você fazer alguma distinção entre a investigação do jornalista da investigação de outros profissionais, como criminalistas, advogados, historiadores, que são usuários de arquivos? Tudo é investigação, claro, mas tem alguma particularidade da investigação do profissional do jornalismo?*

AMANDA ROSSI: Primeiro, vou comparar a investigação jornalística à investigação das autoridades. Na condição de jornalista, nós temos acesso a menos fontes de informação do que as autoridades têm. No decorrer de uma investigação, nós jornalistas não temos o poder de decretar uma quebra de sigilo, por exemplo. Não temos o poder de inquirir testemunhas ou suspeitos de forma mandatória. Então, a investigação jornalística ocorre no limite de informações que são públicas ou que são passadas, voluntariamente, por pessoas envolvidas na história.

Agora, em comparação com outros profissionais que fazem investigações acadêmicas, acho que o trabalho de investigação jornalística está muito relacionado a temas que dialogam, de alguma forma, com a sociedade do presente. Mesmo quando se trata de uma investigação histórica, sempre vai haver um vínculo com o presente, são histórias que vão permitir que o público faça uma reflexão sobre o momento atual. Os temas jornalísticos sempre vão ter essa característica.

Além disso, ainda na comparação com investigações acadêmicas, eu acredito que os jornalistas precisam ter uma preocupação com a forma de contar a história. E isso faz diferença até na hora de tratar as fontes, seja uma fonte documental ou mesmo o depoimento de uma pessoa. Em uma entrevista jornalística, por exemplo, temos que nos preocupar com a exatidão da informação, verificar se aquela história faz sentido ou não, se há pontas soltas, se corresponde à verdade ou não. Mas também temos que nos preocupar com elementos narrativos que nos ajudem a recontar aquela história. O mesmo ocorre com a pesquisa em documentos históricos. O destinatário de uma investigação acadêmica é, pelo menos no primeiro momento, o público acadêmico. Já o destinatário de uma investigação jornalística é o público mais amplo. Então, no jornalismo, a forma de contar a história é fundamental para engajar o público.

³ ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Saiba mais em: <https://www.abraji.org.br/>

⁴ Sobre Tim Lopes (Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento), ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tim_Lopes

Tempo lento e desorganizado, mas uma fonte de prazer

RA: *Muito bem, eis a pergunta inevitável: onde entram os arquivos na investigação jornalística? Qual a importância dos arquivos, como você os enxerga para as necessidades dos jornalistas investigativos?*

AMANDA ROSSI: Os arquivos são uma fonte de trabalho fundamental para o jornalismo em geral, e principalmente para o jornalismo que quer se debruçar com mais profundidade sobre um tema, seja uma reportagem investigativa ou mesmo um livro reportagem ou um documentário. Porque os arquivos nos permitem descobrir fatos novos e encontrar provas daquilo que só se suspeitava. E também nos permitem saber, em detalhes, como funcionava aquela sociedade que estamos pesquisando, para então dar vida a ela.

Eu acho que o jornalista é um contador de histórias. E os arquivos são uma fonte incrível para descobrir histórias. Eu, por exemplo, quando consulto um arquivo, sinto um deslumbramento de menina, tendo acesso a histórias que impressionam, que emocionam, que chocam, e que muitas vezes carregam em si um grande interesse público.

"(...) quando consulto um arquivo, sinto um deslumbramento de menina, tendo acesso a histórias que impressionam, que emocionam, que chocam, e que muitas vezes carregam em si um grande interesse público".

Ao falarmos de "arquivo", costumamos pensar em arquivo histórico, documentos de cinquenta ou cem anos atrás. Mas mesmo fatos mais próximos no tempo podem estar arquivados e contar muitas coisas. Muitas vezes, o conjunto de documentos produzidos e transformados em arquivo há pouco tempo já pode nos ajudar a entender melhor um assunto.

RA: *No entanto, os arquivos, mesmo aqueles mais organizados, eles têm um aspecto um tanto caótico. E aí, como é esse impacto para uma profissão que tem tanta pressa em produzir a informação? O arquivo tem um tempo lento, digamos assim, porque você tem que garimpar e, a depender do arquivo, demora a ser atendido, e chega uma pasta, ou uma caixa, ou um maço e vem aquele volume de coisas, aí você tem que peneirar. Isso para o jornalista, que é um profissional, digamos, mais impaciente, como lidar com isso?*

AMANDA ROSSI: Acho que, por gostar mais de fazer apurações mais aprofundadas, que levam mais tempo, eu encaro os arquivos de uma forma oposta, com um deslumbramento mesmo, uma vontade de descobrir o que pode haver naquele conjunto grande de documentos que a gente vai acessar, sabe? De fato, os arquivos têm esse tempo lento e, às vezes, até essa desorganização, mas isso chega a trazer o prazer da descoberta, do que eu posso encontrar ali, não é?

O jornalismo sempre quer encontrar algo que as pessoas não conhecem. Então, quando você está lidando com um arquivo, que é uma fonte bruta, você tem frente a si próprio a chance de encontrar algo que ninguém encontrou. E quando você encontra, e isso aconteceu comigo, é um deslumbramento você ter na sua frente um documento de valor histórico, que ainda não foi contado para outras pessoas. É um presente você se tornar o porta-voz da história que aquele documento está revelando.

" (...) é um deslumbramento você ter na sua frente um documento de valor histórico, que ainda não foi contado para outras pessoas. É um presente você se tornar o porta-voz da história que aquele documento está revelando."

Em relação ao tempo, o jornalismo realmente é muito apressado, e ele não é apressado por um defeito da profissão, mas pela necessidade de contar os acontecimentos correntes para a sociedade. E a gente vive num momento em que os acontecimentos correntes abundam de uma forma impressionante. Vivemos um momento em que fatos de grande

envergadura acontecem a todo momento, a gente nem tem tempo de digerir as coisas que acontecem. Recentemente, um amigo publicou uma frase com o seguinte teor: —*Estou cansado de ser testemunha ocular da história*. Então, é essencial que o jornalismo esteja vigilante para contar essas histórias e impedir que elas passem despercebidas pela sociedade; e são muitas vezes fatos que demandam atuação social, resposta social ou das instituições. Por isso, o jornalismo precisa ser muito rápido e vigilante para os assuntos

do presente.

Mas eu acho que cada vez mais a gente tem percebido a importância de se trabalhar, em paralelo, tanto com aquilo que é urgente como com investigações de mais longo prazo. E algo que ajudou os jornalistas a terem outra percepção em relação ao tempo é o uso da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Nas reportagens, personagens com rostos e sentimentos

RA: *Como você trabalha na sua narrativa o cruzamento das informações extraídas da fonte primária de um arquivo com o depoimento que você capturou? Como convergir essas duas vertentes no texto, a tessitura dessas duas fontes? Vejo no seu trabalho textos magníficos em que você põe o coração ali nas suas matérias.*

AMANDA ROSSI: É muito interessante, porque quando a gente está trabalhando com documentos históricos, a riqueza de detalhes às vezes é tanta que nos permite reconstituir os fatos. E essa reconstituição pode ser muito interessante do ponto de vista narrativo, porque vai ter um personagem, vai ter um local, vai ter um tempo em que aquilo aconteceu. Ou seja, você vai conseguir falar dos assuntos dando cara para eles. O que eu quero dizer é que, muitas vezes, os documentos históricos são tão detalhados, não são genéricos, que possibilitam dar essa cara para alguns acontecimentos.

Para não ficar muito abstrato, eu vou citar algumas reportagens que eu fiz a partir de consultas a arquivos.



Moçambique: o Brasil é Aqui. Rio de Janeiro.
Record; 2015

Eu escrevi um livro que se chama “*Moçambique: o Brasil é aqui*”, que usou muita documentação do acervo do Itamaraty, tanto de acesso público como também sob sigilo. Era uma documentação que retratava as relações do Brasil com a África, tanto no período da ditadura militar quanto no período do governo Lula. E ali a gente consegue ver diplomatas participando de reuniões, presidentes se reunindo com diretores de empresas; então, você consegue recontar aqueles acontecimentos e dar cara para eles, para fatos que às vezes eram só informações genéricas, como estatísticas de relações comerciais. Você consegue recontar o que aconteceu como se fosse um filme, com cenas.

Outro exemplo: eu consultei no arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo processos movidos por pessoas escravizadas contra os seus proprietários, seus escravizadores, demandando a sua liberdade. Quando você vai acessar esses processos, que são individuais, o escravo tem um nome, o escravo tem uma história, seja uma história de que ele foi transportado num navio negreiro, numa época em que o tráfico negreiro já era proibido, ou um escravo que nasceu aqui de uma mãe livre. Vai ter também um proprietário, vai ter um juiz, tudo aquilo vai ser uma história muito específica, com um grande poder narrativo para apresentar um fato histórico.

A mesma coisa ocorreu com uma reportagem mais recente que eu fiz, sobre presos políticos que foram mandados pela ditadura militar para manicômios. Por meio dos documentos, a gente consegue saber o tempo em que aquilo aconteceu, para onde a pessoa foi, o que a autoridade escreveu, que autoridade era aquela; então você consegue dar uma fisionomia a acontecimentos históricos de grande relevância.

Algumas das perguntas mais importantes que o jornalismo faz são: o que, quando, onde, quem, por quê. Com acesso a documentos históricos específicos, você consegue responder a essas perguntas e construir um texto narrativo que vai ajudar a pessoa a entender o que realmente aconteceu. Eu acho que, para fins jornalísticos, os arquivos são fontes que nos ajudam realmente a contar as histórias com uma força

muito grande, tanto com uma força narrativa, como a força de revelar aspectos da história que estavam desconhecidos.

Algumas das perguntas mais importantes que o jornalismo faz são: o que, quando, onde, quem, por quê. Com acesso a documentos históricos específicos, você consegue responder a essas perguntas e construir um texto narrativo que vai ajudar a pessoa a entender o que realmente aconteceu. Eu acho que, para fins jornalísticos, os arquivos são fontes que nos ajudam realmente a contar as histórias com uma força muito grande, tanto com uma força narrativa, como a força de revelar aspectos da história que estavam desconhecidos.

Eu tenho a impressão de que muitas pessoas pensam que os fatos históricos já foram descobertos e contados. O que tinha para se saber já se sabe, e o que se pode descobrir são coisas laterais, ou são interpretações diferentes a partir do que já se sabe. Mas eu acredito que o acesso às fontes primárias permite sim aos jornalistas descobrirem histórias que as ciências sociais ainda não descobriram. E o conteúdo dos arquivos e acervos é fundamental para a gente descobrir essas histórias.

Usos e abusos contra a Lei de Acesso à Informação: reeducação necessária

Assista a reportagem **“Da tortura à loucura: ditadura internou 24 presos políticos em manicômios”**, assinada por Amanda Rossi pelo portal UOL notícias no link, <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/14/ditadura-militar-presos-politicos-internacao-manicomios.htm>

RA: *Arquivos são espaços às vezes muito guardados, territorializados, herméticos, e os acessos não são tão simples assim, por diversas razões, seja por segurança, por zelo, por falta de consciência democrática etc. No entanto, temos uma Lei de Acesso de 2011 que foi lançada no governo Dilma, regulamentada em maio de 2012, quando entrou em vigor. O que você pode falar da importância da LAI e dos seus limites no atual contexto político? A importância da LAI para o acesso aos arquivos inclusive, na sua experiência?*

AMANDA ROSSI: A Lei de Acesso à Informação foi uma revolução da transparência no Brasil, apesar de ter ocorrido tardiamente, se a gente comparar com outros países, como os Estados Unidos, que tem o *Freedom of Information Act*, o *FOIA Act*, muito mais antigo, já com décadas de vigência. Mas a LAI foi uma revolução na transparência no Brasil muito necessária, porque antes dela, falando do ponto de vista do jornalismo, se a gente tivesse negado o acesso a uma informação, mesmo que sabidamente pública, a gente não tinha muito o que fazer, a gente dependia de vazamentos, de acesso a fontes. Mas, mesmo assim, na grande maioria das vezes, essas informações ficavam restritas, de acesso interdito para os jornalistas e para a sociedade, que é para quem o jornalista escreve e para quem ele fala.

E a Lei de Acesso à Informação veio regulamentar o direito que a gente tem de realmente ter acesso às informações públicas. Então, nos primeiros anos da LAI, a gente viu um crescente de transparência. Os órgãos públicos foram entendendo o que era a lei, foram se preparando para atender e cumprir a lei, e foram se preparando até em termos de produção e organização da informação, para que quando fosse solicitada, eles tivessem aquela informação para passar. Já nos anos recentes, temos visto o movimento contrário, um retrocesso. E antes mesmo do governo Bolsonaro, e não só no nível federal, mas em todos os níveis de governo. Cada vez mais são criadas justificativas para se negar o nosso direito de ter acesso à informação, seja com exceções previstas na própria LAI, e mais recentemente, com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a LGPD. Então, nós estamos vendo cada vez mais as autoridades negando informações públicas, fazendo um malabarismo argumentativo, usando as exceções da LAI e da LGPD.

Eu dou um exemplo recente: o registro de visitantes na Presidência da República é uma informação pública, quem entra para visitar a Presidência da República, não como um visitante turístico, mas para ter agendas com as autoridades públicas; essa é uma informação pública. E isso, quando pedido pela Lei de Acesso à Informação, costumava ser fornecido. O órgão que é responsável por essa informação é o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Mas agora o GSI já não está mais fornecendo essas informações.

" (...) nós estamos vendo cada vez mais as autoridades negando informações públicas, fazendo um malabarismo argumentativo, usando as exceções da LAI e da LGPD."

Recentemente, o órgão negou o pedido para saber se haviam visitado a Presidência da República funcionários e o presidente da PRECISA Medicamentos, que está envolvida no contrato da Vacina Covaxin, investigada pela CPI da Pandemia. O argumento do GSI é que essa informação iria violar o direito de privacidade dos visitantes.

Temos visto uma série de malabarismos argumentativos para negar as informações públicas. Apesar disso, para o jornalismo, a Lei de Acesso é fantástica, é uma das principais ferramentas de trabalho que a gente tem hoje. Os jornalistas fazem cursos para saber como usar a Lei de Acesso de uma forma mais eficiente, e vão tornando isso uma prática corrente, cotidiana, incorporando isso no seu dia a dia de trabalho.

RA: *Tem ocorrido um autorregramento quando se determina 100 anos para acesso a informações de documentos que não põem em risco a segurança do Estado e nem expõem informações de foro íntimo; parece-me estar havendo realmente um desvirtuamento completo. O caso lá do documento do Pazuello⁵, ou da carteira de vacinação do presidente⁶, quer dizer, isso foge completamente ao espírito da legislação de acesso, e eu acho que vocês devem estar sofrendo com isso. Voltemos a falar sobre como a LAI interferiu na relação do jornalista com o fator tempo.*

AMANDA ROSSI: A Lei de Acesso nos fez aprender a trabalhar com um prazo de tempo maior. E esse aprendizado é muito importante para se pensar o trabalho jornalístico nos arquivos, nos acervos. No início de vigência da LAI, quando íamos dar curso sobre a lei, era muito comum os jornalistas nas redações falarem: "Isso aí não é pra mim, eu não vou conseguir usar a Lei de Acesso porque o prazo dela é 20 dias prorrogáveis por mais 10 dias, eu preciso da informação pra fechar minha reportagem amanhã". Os jornalistas, em geral, tinham essa relutância em achar que o prazo da Lei de Acesso seria inviável para a produção da reportagem. E isso já ficou totalmente para trás, porque ao longo do tempo os jornalistas foram aprendendo a se organizar para trabalhar com o prazo da LAI, fazer o pedido, deixar o tempo ir correndo enquanto você vai fazendo outras coisas, e depois você colher aquele fruto.

" (...) Apesar disso, para o jornalismo, a Lei de Acesso é fantástica, é uma das principais ferramentas de trabalho que a gente tem hoje. Os jornalistas fazem cursos para saber como usar a Lei de Acesso de uma forma mais eficiente, e vão tornando isso uma prática corrente, cotidiana, incorporando isso no seu dia a dia de trabalho. "

Então, a Lei de Acesso à Informação fez o jornalista em geral aprender a trabalhar com uma visão de médio prazo; na verdade, para o jornalismo, um mês é um prazo longo, longuíssimo. Então, essa mesma visão que a Lei de Acesso trouxe para o jornalista, de trabalhar com prazos mais longos, é algo que pode ser aplicada nos trabalhos com os arquivos, com os acervos. A gente pode se preparar para fazer esse trabalho de consulta aos documentos ao longo do tempo, enquanto a gente está fazendo outras reportagens.

RA: *Mesmo porque, os próprios produtores do documento têm dificuldades em organizar seus arquivos e em recuperar informações em tempo ágil. Não é uma coisa simples. É muito legal esse diálogo entre um demandante corriqueiro que é o jornalista e uma pessoa que atende, que é a pessoa de arquivo. Então é muito importante essa sua observação sobre reeducação; a reeducação foi dos dois lados.*

⁵ Saiba mais em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/exercito-mantem-sigilo-de-100-anos-em-processo-contrapazuello/>
⁶ Saiba mais em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/planalto-sigilo-cartao-vacinacao-bolsonaro/>

AMANDA ROSSI: Dos dois lados. Mas acho que, quando a gente está lidando com acervos, temos de ter em mente que vamos ter que fazer um trabalho de investigação própria. Vamos demandar o acesso a um conjunto de documentos, para que aí possamos pesquisar a informação que nos interessa. Não podemos esperar que quem tem a guarda daqueles documentos faça as descobertas por nós. É preciso colocar a mão na massa.

Pandemia e impactos na pesquisa

RA: *De fato, não temos a obrigação de fazer a pesquisa para o demandante. Temos que dar o acesso. Mas eu queria encaminhar nessa nossa ótima conversa para falar um pouco do impacto da pandemia no acesso aos arquivos. Eu tenho a informação de que você foi uma dessas afetadas, porque você estava com grande interesse em uma pesquisa no arquivo. Fale um pouco dessas fontes que você listou para pesquisar no Arquivo do Estado quando, de repente, o arquivo fechou, e teve aquela fila, o que você pode me dizer sobre isso?*

AMANDA ROSSI: Durante a pandemia, eu fiz uma reportagem que demandou consulta a diversos documentos históricos, que foi a reportagem sobre a internação de presos políticos em manicômios pela ditadura. E a pandemia gerou uma dificuldade, já que os arquivos estavam fechados para consulta presencial.

Então, como falamos anteriormente, a gente solicita acesso aos arquivos, mas quem vai fazer a investigação é quem está interessado nisso. É algo que parou com a pandemia. Com os arquivos fechados para o público, houve casos em que alguns funcionários me ajudaram a acessar algum documento muito específico, digitalizaram e compartilharam comigo. Mas aí, como poucas pessoas estão trabalhando presencialmente, isso não é instantâneo, leva mais tempo que antes da pandemia. Além disso, eu preciso ter a informação precisa, eu não posso pesquisar, não tenho essa possibilidade de achar algo inesperado, eu tenho que saber exatamente qual documento eu vou solicitar e onde exatamente ele está. Então, alguém já tem que ter acessado esse documento antes, para que eu tenha tanto a informação de que ele existe, como a informação de onde está arquivado. Então, a possibilidade de novas descobertas em documentos físicos, não digitalizados, se restringiu muito durante a pandemia.

Mas, no caso desta reportagem, mesmo com a pandemia foi possível fazer descobertas muito importantes, porque vários arquivos extremamente importantes relacionados ao período da ditadura militar estão digitalizados. O principal deles, que foi a nossa principal fonte de consulta, é a *Biblioteca Digital do Brasil Nunca Mais*, que tem milhões de páginas digitalizadas, principalmente de processos da Justiça Militar. É uma fonte fenomenal, totalmente online. Além disso, alguns Estados digitalizaram parte dos documentos de suas Comissões da Verdade e disponibilizaram online. Foi essa digitalização de acervos do período militar que possibilitou que, mesmo com a pandemia, conseguíssemos avançar na reportagem. Mas, claro que alguns dos arquivos a gente não conseguiu acessar, então, algumas fases da apuração a gente teve que deixar de fora dessa reportagem e deixar para o futuro, quando a pandemia der trégua e permitir o retorno à consulta presencial dos arquivos⁷.

"Mas, no caso desta reportagem, mesmo com a pandemia foi possível fazer descobertas muito importantes, porque vários arquivos extremamente importantes relacionados ao período da ditadura militar estão digitalizados."

Vazamentos e o dever do jornalista: o caso Assange

RA: *Eu queria fazer uma pergunta que não estava prevista para você responder em duas palavras, sobre o caso Julian Assange, como é que você vê essa questão? Porque você falou em vazamento, que é uma certa fonte de informação. Como é que você enxerga essa questão e como os Estados (nacionais) a estão tratando, e como o caso de Assange⁸ é emblemático para vocês jornalistas investigativos?*

⁷ A consulta presencial já pode ser realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para agendar acesse: <http://www.arqui-voestado.sp.gov.br/web/institucional/servicos>

⁸ Sobre Julian Assange, ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Julian_Assange, e em <https://brasil.elpais.com/internacional/>

AMANDA ROSSI: Além do Julian Assange, há o caso da Chelsea Manning⁹, uma militar americana que foi a responsável pelo vazamento de arquivos militares disponibilizados posteriormente pelo Wikileaks¹⁰. Os casos, tanto da Chelsea Manning como do Julian Assange, são casos que devem ser defendidos por todos os que são interessados na transparência de informação. Eu acho que tanto os vazadores, como a Chelsea Manning, quanto os divulgadores das informações vazadas, como o Julian Assange, são pessoas que devem ser defendidas em nome da transparência da informação. É claro que, do ponto de vista do Estado, entendemos que os vazadores de informação sejam processados e julgados. Mas em nome do direito da sociedade de saber, em nome da transparência, eu acho que é importante que a sociedade pense em proteger essas pessoas, para que a gente realmente tenha direito a ter acesso à informação, e poder agir no mundo frente a essas informações.

No caso, por exemplo, da Chelsea Manning e do Julian Assange, estamos falando de uma série de informações extremamente importantes sobre a guerra no Iraque e violações dos direitos humanos cometidos pelos militares americanos. São vídeos, são informações georreferenciadas de mortes, informações fundamentais sobre um fato de extremo interesse público. Por mais que o vazamento dessa informação seja um crime de Estado, foi ele que nos permitiu, como sociedade, refletir sobre a conduta do Estado. Então eu acho importante que a gente pense em proteger essas pessoas que estão se arriscando para que a gente tenha conhecimento de informações importantes para a defesa da democracia, dos direitos humanos.

No caso do Julian Assange, eu o vejo como uma pessoa que fez um importante trabalho jornalístico. E o jornalismo nunca pode ser responsabilizado pelo vazamento de informação, porque é dever do jornalismo divulgar informação. Já é reconhecido que quem vaza a informação pode ser processado e punido, mas o jornalismo, por publicar a informação vazada, ele não pode ser condenado por isso. E foi o que aconteceu com o Julian Assange, porque ele não foi responsável por vazamentos, ele recebeu os vazamentos e os divulgou. Inclusive, fez parcerias com veículos de imprensa dos mais importantes do mundo, como o *New York Times* e o *Guardian* para publicação daquelas informações.

Hoje em dia, há um consórcio internacional de jornalismo investigativo trabalhando muito com documentos vazados, por exemplo, o *Panamá Papers*¹¹ e outros documentos de ordem fiscal. Você vai processar o Consórcio Internacional de Jornalismo por trabalhar com informações vazadas e criar um ecossistema colaborativo dos veículos que vão trabalhar com aquilo? Não, mas de certa forma foi o que aconteceu com o Julian Assange.

Dicas para colegas que necessitam dos arquivos

RA: *Estou muito contente por ter tido essa oportunidade de te ouvir, e de tratar de temas complexos e importantes. Porém, agora te pergunto, para finalizar nossa entrevista: que dicas você daria para colega jornalista que precisa pesquisar em arquivos?*

AMANDA ROSSI: Se você, jornalista, gosta da ideia de pesquisar documentação histórica e acha que poderia fazer alguma reportagem a partir da consulta em arquivos, mas não sabe por onde começar, eu daria duas dicas. A primeira é ficar de olho nas **notas de rodapé** de livros que abordem algum assunto que você ache interessante, sejam livros reportagens ou livros acadêmicos, porque as notas de rodapé podem te dar a

"Então, para o jornalista que quer fazer pesquisa documental em arquivo, essas são duas boas dicas, ficar de olho nas Notas de Rodapé, e ver quais foram as fontes documentais primárias que aqueles autores utilizaram; e também conversar com os guardiões dos arquivos pedindo dicas do que eles acham interessante, e aí começar a mergulhar nessa fonte tão importante para a gente contar histórias. "

[2021-02-14/o-que-julian-assange-ainda-faz-na-prisao.html](https://www.2021-02-14/o-que-julian-assange-ainda-faz-na-prisao.html)

⁹ Sobre Chelsea Manning, ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chelsea_Manning

¹⁰ Sobre Wikileaks, ver: <https://wikileaks.org/>, e em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikileaks>

¹¹ Panamá Papers, para saber: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-04/entenda-o-que-e-investigacao-jornalistica-panama-papers_e_ainda: https://pt.wikipedia.org/wiki/Panamá_Papers

dica de onde aquela informação veio, e, muitas vezes, você vai descobrir que a informação veio de uma fonte primária, ou seja, um documento arquivado em algum lugar. Então, você vai saber: — "Opa, isso aqui é algo que eu também posso acessar". E é possível que, de onde veio aquela informação, também haja várias outras. Dessa forma, você vai poder ter dicas de arquivos, de acervos para pesquisar.

E outra dica é, ao visitar arquivos e acervos, perguntar para as pessoas que cuidam daqueles arquivos: — "O que você tem de interessante aqui". Os guardiões dos acervos os conhecem como ninguém, e muitas vezes eles mesmos vão dar dicas de coisas interessantes que têm ali. Uma das reportagens que eu mais gostei de fazer surgiu assim. Eu estava no arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo lendo processos de pessoas escravizadas contra os seus proprietários, e eu perguntei para uma das pessoas que trabalhava lá: — "o que mais que você tem de interessante aqui, o que mais chamou sua atenção do que você já viu?". E aí, numa dessas conversas, uma das coisas que essa pessoa comentou comigo foi: — "Olha, a gente tem aqui um processo sobre lesão corporal, o Ministério Público acusando um médico de lesão corporal porque ele realizou a primeira cirurgia de mudança de sexo no Brasil, mas a paciente estava do lado do médico". A história me pareceu fantástica, então eu perguntei se poderia acessar esse processo e combinei um outro dia para fazer essa consulta. Aí, enquanto eles separavam aqueles documentos para eu consultar, eu fui pesquisar sobre a história, não encontrei absolutamente nada sobre aquilo. Então, quando chegou o dia de eu fazer a consulta, percebi que tinha uma história fantástica nas mãos, algo super importante, mas que nunca, jamais tinha sido contada em nenhum livro, em nenhuma pesquisa acadêmica, em nenhuma reportagem. E a história surgiu simplesmente nessa conversa com uma das guardiãs do arquivo, que me apontou algo interessante.

Assista a reportagem "**Monstro, prostituta, bichinha': como a Justiça condenou a 1ª cirurgia de mudança de sexo do Brasil**" assinada por Amanda Rossi pela BBC Brasil em São Paulo no link, <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43561187>)

AMANDA ROSSI: Então, para o jornalista que quer fazer pesquisa documental em arquivo, essas são duas boas dicas, ficar de olho nas Notas de Rodapé, e ver quais foram as fontes documentais primárias que aqueles autores utilizaram; e também conversar com os guardiões dos arquivos pedindo dicas do que eles acham interessante, e aí começar a mergulhar nessa fonte tão importante para a gente contar histórias.

RA: Foi muito legal, Amanda, eu estou muito contente com essa nossa conversa, acho que vai dar uma matéria maravilhosa para o nosso 'Intérpretes do Acervo', uma honra muito grande de ter você conosco.

AMANDA ROSSI: Muito obrigada!